

VENTOS SUAVES E PREVISÃO DE TEMPESTADE NA ECONOMIA BRASILEIRA

Inflação e juros em queda, desemprego começando a reverter são ventos suaves soprando na economia brasileira em 2017, após a correção de rumo gerada pela política monetária por parte do Banco Central.

Do lado da atividade econômica, os sinais crescentemente indicam uma acomodação, o que significa que a retração do Produto Interno Bruto (PIB) verificada nos últimos anos não deverá se repetir em 2017. Adicionalmente, esse fenômeno sinaliza que uma possível retomada da economia, ainda que em bases modestas, esteja no horizonte de 2018.

Por outro lado, no campo externo, a predominância de um ambiente de elevada liquidez associada ao expressivo volume de reservas internacionais do país aponta que o Brasil não terá maiores problemas em financiar eventuais déficits nas contas externas até o final de 2018.

Mas, sem sombra de dúvida, a previsão de tempestade continua a rondar a economia brasileira, pelo lado fiscal, verificando-se não apenas um resultado ruim das contas públicas no curto prazo, agravado por fatores conjunturais, como também no horizonte de longo prazo não se mostra muito favorável ante a ausência e dificuldades em promover mudanças estruturais no setor público.

O ano de 2017 já está exemplificando essa situação. Depois de estabelecer uma meta incorporando um déficit primário na ordem de R\$ 139 bilhões, o governo se viu forçado a ampliar em R\$ 20 bilhões este resultado negativo, em face de das frustrações de receitas ocorridas por conta de uma atividade econômica e da baixa inflação do projetado inicialmente.

As implicações desse quadro são preocupantes. Na ausência de um ajuste fiscal mais efetivo, a trajetória da dívida pública brasileira pode se tornar insustentável no médio e longo prazos. Os aumentos contínuos do déficit significam aumentos contínuos da dívida, o que levará o governo, caso nada seja frito, a ter dificuldades em se financiar via emissão de títulos no médio prazo.

Como o atual governo tem demonstrado a cada mês, menor capacidade política de promover as reformas necessárias ao ajuste fiscal, o problema será transferido para o próximo governo em 2019, cuja agenda deverá ser condicionada de imediato a um ajuste fiscal de fato.

A equação para o próximo governo, para o ajuste fiscal, além das reformas, cujos resultados serão de médio a longo prazos, terá dois elementos: corte de gastos e melhoria da oferta e da qualidade dos serviços públicos. Já será uma bela e importante contribuição para modernizar a gestão da máquina pública, como pedagogicamente mostrar à sociedade que algo novo está acontecendo. Pois, para a obtenção desse resultado, o governo terá que aumentar a eficiência do setor público.

Sem sombra de dúvida, essa deveria ser a prioridade zero de qualquer candidato à presidência da República, em 2018.